

VIVÊNCIAS ENTRE O BAIXÃO E A CHAPADA
(saber ambiental, práticas e usos do espaço entre camponeses dos cerrados piauienses e os desafios ante a crise ecológica)¹
Maria Dione Carvalho de Moraes²

RESUMO

A *crise ecológica* que atinge os camponeses dos cerrados piauienses torna-se mais compreensível ao observador externo à medida que se analisam as formas tradicionais pelas quais essa categoria social relaciona-se com os diversos ecossistemas dos cerrados. A atenção aos *ecótipos* desses cultivadores revela sistemas de classificação e de uso dos recursos naturais construídos ao longo do tempo e apoiados em um *savoir-faire* segundo o qual se dá a articulação entre a apropriação de áreas agricultáveis e de moradia (baixões) e de áreas de criação e de extrativismo (chapadas). Esse modo de vida, calcado na vivência entre o *baixão* e a *chapada*, e em um saber ambiental, está definitivamente ameaçado pelo avanço da incorporação das áreas de chapadas pela moderna agricultura do complexo carnes/grãos para exportação. Qualquer tentativa de fazer frente à referida crise pela qual passam os camponeses dos cerrados supõe, como ponto de partida o conhecimento e o reconhecimento das lógicas operacionais desses agricultores. Isto significa recuperar esses sujeitos sociais como portadores de conhecimentos fundados na prática e no *habitus*, e reconhecer tais saberes como dinâmicos e capazes de atualização trazendo, por esse ângulo, tanto o rural quanto a chamada agricultura familiar para a agenda dos debates seja na esfera do Estado, seja na da sociedade civil.

Palavras-chave: camponeses, saber ambiental, crise ecológica, agricultura/Piauí.

LIVING BETWEEN LOWLAND AND TABLELAND

(environmental knowledge, practices and uses of the space by the peasants of the Piauí *cerrados* and the challenges in the face of the *ecological crisis*)

ABSTRACT

The ecological crisis that reaches the peasants of Piauí *cerrados* becomes more understandable to the external observer in the extent the traditional forms this social category deals with the several *cerrados* ecosystems are analyzed. The attention to the these peasants *ecotypes* reveals a classification system and use of the natural resources built along the time and supported in a know-how following an articulation between the appropriation of the tillable and of dwelling areas (lowland) versus cattle raising and extractivism areas (tablelands). This life style, based in the lowland and tableland existence, as well as in an environmental knowledge, is seriously threatened in the way the highland areas are been incorporated by the modern, and toward exportation, agriculture practices of the meat/grain production complex. Any attempt regarding the *cerrados* peasants crisis supposes, as a starting point, the knowledge and the recognition of these people operational logics. This means to recover these social individuals as carriers of knowledge founded in the practice and in the *habitus*, and to recognize such knowledge as dynamic and capable of modernization, bringing, for that angle, both the rural and the so called familiar agriculture for the debates and meetings, being in the State, or in the civil society sphere.

Key-words: peasants, knowledge environmental, ecological crisis, agriculture/Piauí

I- Introdução: sobre camponeses e saber ambiental nos cerrados

O modo de vida dos camponeses pesquisados revela-se através de práticas e símbolos, categorias e regras que funcionam num nível mais profundo que a aparência imediata. Esta população de pequenos proprietários e posseiros tem ocupação antiga nos cerrados do sudoeste do Piauí, é essencialmente dedicada ao cultivo da terra e toma decisões relativamente autônomas no processo de cultivo pelo sistema *de roça de toco* (Andrade, 1984, 1995, Gutberlet, 1994, Toffoli, 1997). São agricultores inseridos restritamente no mercado de fatores (Ellis, 1988): a mão-de-obra é familiar, com rara contratação de

¹ Artigo elaborado para o V SIMPÓSIO IESA/SBSP, de 20 a 23 de maio de 2002, em Florianópolis, Santa Catarina, no GT 4, “Grupo de Discussão sobre iniciativas para o fortalecimento da Agricultura familiar”.

² Socióloga, doutora em Ciências Sociais pelo IFCH/UNICAMP, professora no Departamento de Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí. E-mail: mdione@uol.com.br

trabalho por salário; a terra, em geral, é formada de posses e raramente arrendada ou comprada; o emprego de insumos e instrumentos manufaturados é mínimo ou nulo. Também no mercado de produtos, na oferta ou na demanda, a participação é parcial, porque nem todo produto e nem mesmo sua maior parte chega ao mercado, e porque o consumo de bens importados é relativamente baixo. São tradicionais os esquemas de acesso a terra e trabalho (parentes e vizinhos) e as técnicas transmitidas em círculos personalizados, num sistema irredutível à dimensão estritamente econômica.

Esses camponeses visam o provisionamento material e a manutenção da posição social num círculo restrito de relações e num contrato social fundado na reciprocidade como valor (Valensi, Randles, Créthien et al, 1978, Woortmann, [19--], Sabourin, 2000). Não se trata, portanto, de focalizar apenas o *produtor* mas, sobretudo, atores sociais e históricos como *homo moralis* (Woortmann, [19--]) para os quais terra, família e trabalho são categorias centrais e, sobretudo, relacionais, vinculadas a valores e princípios organizatórios e prescritivos, como honra e hierarquia, atualizados na crise social que vivem com a incorporação das chapadas pela moderna agricultura do complexo carnes/grãos, na qual concepções da terra como valor contrapõem-se a concepções utilitaristas mercantis³.

A agricultura desses camponeses é *de provisionamento* (Sahlins, 1983)⁴, isto significando que nem a produção doméstica se volta exclusivamente para o consumo direto da família camponesa, nem esta é auto-suficiente. A compra e venda são limitadas e, freqüentemente, visam prover o grupo daquilo que ele não produz, a depender de circunstâncias como a necessidade de dinheiro em determinadas ocasiões, e a quantidade de produto colhido em relação às necessidades anuais de consumo:

“Quando às vezes, a produção é boa, a gente tira uma parte [para venda] e quando é fraca, às vezes não dá pra vender, encosta pra comer. A preocupação é essa! As outras coisas a gente vai tirando pra frente, levando a vida...” (G.P.S., camponês da comunidade de Sangue, Uruçuí, PI).

Esses camponeses se organizam no quadro e nas condições da natureza, numa simbiose (*ecúmeno*) resultante da relação com o meio, como *habitat* (Mendras, 1978) o que, por sua vez, supõe a territorialidade, cuja base é o *lugar* (Tuan, 1983, Augé, 1994). Esse *habitat* supõe habitação (alojamento), refúgio, local de trabalho e limite de vida. De fato, no conjunto das terras de moradia e de trabalho (cultivo, criações, extrativismo, caça, pesca), instituído ao longo do tempo por uma determinada coletividade de camponeses, inscreve-se a organização social, a história do grupo humano que ali se estabelece – e também o modo como o grupo organiza e explora, para o seu uso, áreas cultivadas e ocupadas com a habitação e criações, como lida com as reservas naturais, como pensa atuar em caso de expansão demográfica, e finalmente seu saber tecnológico e agrônomo. Essa organização social e

³ Sobre a diferença de concepção das categorias terra, família e trabalho entre sociedades individualizadas e voltadas para o mercado, e camponesa, ver Woortmann ([19--]) e Moraes (2000).

⁴ A referência a Sahlins (1983) não implica que os camponeses tenham as características de sociedades tribais estudadas por esse autor. Ver ainda Godoi (1999), na análise de camponeses no sertão semi-árido do Piauí.

esse saber remetem, por sua vez, a um *savoir-faire* ou *know-how* (Godelier [196-]), que faz funcionar *sistemas de cultivo* (Wolf, 1976, Mendras, 1978) aos quais subjaz um determinado *ecótipo* (Wolf, 1976)⁵.

Os sistemas de cultivos e seus modelos tecnológicos combinam diversos elementos (ferramenta, planta, animal, técnica cultural). As interligações e tipos de arranjo supõem uma determinada estrutura social agrária. Para Maurice Godelier, “toda exploração de recursos implica um certo conhecimento das propriedades dos ‘objetos’, de suas relações essenciais em certas ‘condições’ e a aplicação de um know-how que ‘utiliza’ essas condições para produzir um resultado esperado (Godelier, [196-]: 328). Essa atividade é ‘regulada’ por ‘normas’ técnicas que exprimem as condições obtenção de êxito. O resultado esperado é *conhecido*, pela experiência e pelo *habitus* (Thompson, 1981, Bourdieu, 1994).

De fato, à prática dos camponeses do cerrado subjaz um *saber* e um *saber-fazer* (Godelier [196-]), *ciência do concreto* (Lévi-Strauss, 1989) ou *sistema de conhecimento* (Suarez et al, 1983) capaz de transformar possibilidades em recursos e que pode atuar como fator positivo de reprodução social ou como limite, dependendo do nível de desenvolvimento das forças produtivas. Essa prática, dentro da lógica do *habitus* (Bourdieu, 1994), supõe inventividade e criatividade. Não é mera execução repetitiva.

A reprodução social dos camponeses pesquisados baseia-se na apropriação das diversas possibilidades oferecidas pelos ecossistemas do ambiente, transformadas em *recursos*, conjugando, tradicionalmente, a posse ou pequena propriedade nos *baixões* com o uso coletivo das *chapadas*. Essa *economia moral* (Scott, 1976, Thompson, 1984)⁶, que relaciona meios e fins num complexo sistema cuja racionalidade orienta uma conduta em que as *chapadas*, *buritizais* e *babaçuais* são espaços tidos, tradicionalmente, como de usufruto comum integrando, por essa forma, o cálculo econômico das famílias camponesas.

Apossamentos comuns dos recursos naturais combinados com a apropriação familiar, conjugando sistemas de posse e de pequenas propriedades, não é algo estranho ao mundo rural brasileiro⁷. No caso dos cerrados, no entanto, essa prática camponesa tradicional tem sido pouco compreendida por técnicos, planejadores e pesquisadores, os quais imaginam que tais áreas não eram utilizadas pelos camponeses por estes lhes atribuírem *pouco valor* (Andrade, 1995), vez que no sistema agrícola tradicional, a chapada não era *lugar de agricultura*. Essa perspectiva limitada e presa a uma dicotomia de *atraso/ progresso* não capta a complexidade de sistemas operacionais agrícolas camponeses, como também os processos de resistência e adaptação dessas categorias às transformações em curso.

⁵ Para detalhes sobre sistema de cultivo, ver Mendras (1978) e Moraes (2000).

⁶ Ver a crítica de Thompson (1984) ao reducionismo econômico (*homo economicus*) o exame de Scott (1976) da exploração e rebelião de camponeses asiáticos. Ver, ainda, Sabourin (2000), quanto à *economia da reciprocidade* entre camponeses nordestinos e, ainda, Valensi, Randles, Chrétien et al (1978). Ver também Woortmann ([198-]), sobre campesinato como *ordem moral*, e *campesinidade*.

⁷ A respeito, ver Sá (1975), Meyer (1979), Andrade (1984, 1990, 1995a), Moura (1988), Almeida (1988), Godoi (1999) e Silva (1999).

II - Entre o *baixão* e a *chapada*: sentidos das experiências

A *crise ecológica* (Wolf, 1984) que atinge os camponeses dos cerrados no sudoeste piauiense, no processo de incorporação das chapadas pela moderna agricultura do complexo carnes/grãos, torna-se mais compreensível pela análise das formas tradicionais de relação dos camponeses com ambiente do cerrados. Essa crise é ilustrada pelo conflito, que se expressa tanto no plano dos sistemas de apropriação da terra e dos demais recursos naturais, entre a monocultura dos grandes projetos agropecuários, nas chapadas, e a policultura camponesa que se dá entre o *baixão* e a *chapada*.

Essa economia articula *baixões*, *chapadas*, *morros* e *carrascos*, não havendo o que possa ser considerado espaço inútil ou vazio, como querem as *narrativas mestras* (Moraes, 2000) dos cerrados. Os camponeses elaboram uma complexa classificação dos tipos de terrenos, designando características relativas ao solo, clima, e vegetação relacionadas às diversas formas de utilização desses espaços naturais em seu sistema agrícola. Esses recursos são acionados em função da combinatória do conjunto de atividades econômicas no qual sobressaem o cultivo do *legume* (culturas) e o *criatório* (gado), complementadas pela criação da *miunça* (porcos, ovinos e caprinos), do *criatório pequeno* ou *criação* (aves) e por outras atividades, como o extrativismo, a caça, a coleta de frutos e a pesca.

O saber-fazer que subjaz a essa relação define os tipos de terrenos com base no par classificatório *baixão/chapada*⁸, a partir de cujo contraste morfológico, distinguem-se características do solo (*barro*, *barro e areia*, *vazantes e brejos*), da vegetação (*capim*, *mato*, *árvores altas*, *árvores baixas*), do clima (*lugar úmido*, *fresco ou frio*, *lugar seco*), de formações vegetais (*buritizais*, *babaquais* e *catingas*⁹, *agreste*, *carrascos* e *cerradões*), e finalmente de usos (*agricultura*, *pecuária*, *extrativismo*, *caça*). Nessa taxonomia, *chapada* ou *serra* designa os terrenos altos e planos de longa extensão, com solos *de barro* (maior teor de argila) ou *de areia* (mais arenosos) e clima seco; com árvores esparsas e de porte baixo (*cerrado*), e o *capim agreste*. As *áreas de carrasco* formam uma vegetação mais compacta, propícia para caça e coleta, e as de *cerradão*, com árvores de porte mais elevado, é onde se encontram madeiras consideradas nobres. As chapadas são áreas consideradas propícias à prática da caça, da coleta de frutos, de mel e de plantas terapêuticas e à criação do gado e da *miunça na solta* (sem cercamento).

Quanto ao *baixão*, este corresponde às terras baixas, com solos tidos como mais ricos que os da chapada, e com maior teor de umidade, devido à presença de rios, riachos, lagoas e brejos. Aí, localizam-se, também, as áreas de *catanga*, com árvores de porte mais elevado e madeiras nobres como cedro (*Cedrella odorata*) e pau-d'arco amarelo e roxo (respectivamente, *Tebebuia serralifolia* e *Tebebuia avellanadae*). Aí, encontram-se dois tipos de terreno extremamente importantes para os camponeses: *vazante* (margens dos rios) e *brejo*, terrenos alagadiços onde florescem os *buritizais* e, nas imediações, os *babaquais*, e que desempenha funções estratégicas no rodízio *inverno/verão*:

⁸ Sobre a importante relação *baixão/chapada*, entre camponeses, ver Moura (1988), Silva (1999), e Godoi (1999).

“No brejo, terra alagoada, faz uma vala no meio do brejo, a água encana ali e planta feijão, arroz... Arroz é em algum lugar, e é algum [camponês] que planta. Dependendo do brejo, planta a cana, a banana. Se ele não encharcar no inverno, planta a laranja, a banana, o ananás... O que alimenta o brejo é a chuva ou algum olho-d'água. Antigamente, era permanente, de seca a verde. Hoje, nós teve que abandonar o trabalho no brejo pra recuperar ele (...). Numa época de verão, o brejo secou, ficou todo seco, aí todo mundo abandonou o brejo¹⁰. Aí voltou [a ser como] o tempo antigo: juntar água, sustentar água, normalzinho. A gente hoje em dia abandonou o brejo e voltou a conservar a vertente. Se não conserva, apiora. Aqui, nesse brejo, é onde, pelo verão, quando tá um bicho meio magro, a gente coloca aqui dentro – porque aqui não falta o capim verde. A gente passa o verão botando [o gado no brejo] e quando é novembro, nas primeiras chuvas, a gente solta ele, cria na serra” (G. P. S., Camponês da Comunidade de Sangue/Uruçuí/PI).

Além do cultivo do *legume*, *verduras* e frutas e dos pastos (cultivados), o *baixão* é também o lugar de morada. Uma segunda residência na sede do município, em bairros periféricos, é de fato, um prolongamento da comunidade (*interior*, *lugar*). A reconstituição do grupo de vizinhança na cidade tem importante função social como meio de garantir não só o ambiente social da comunidade de origem, mas também toda sorte de providências cotidianas para *tocar as coisas*: recados, encomendas, transporte de pessoas e objetos, cuidados com filhos estudantes ou com pessoas doentes, em tratamento, na cidade, encaminhamento dos *negócios* – reuniões, visitas a bancos, vendas e compras de produtos, etc. – e, mais recentemente, o *negócio do cerrado*. Essa residência pode tornar-se a principal, permanentemente ou durante certas épocas do ano, mormente para as famílias cujos filhos, ainda pequenos, estudam na cidade, casos em que é constante o ir-e-vir do chefe de família do *interior* para a cidade e vice-versa.

Pensar as casas é pensar espaços referenciais do grupo doméstico camponês, *casa* e *roçado* (Heredia, 1976, Soares, 1981, Godoi, 1999), que, entre os camponeses pesquisados, são assim identificados: a *casa* (no *interior* e na cidade), a *roça* e o *quintal* (em ambas as casas, sendo menor o da cidade) e, mais recentemente, o *pasto* (cultivado) e a *serra*. A *casa* tem estreita relação com a *roça*, espaço da produção do *legume*. O *quintal*, espaço contíguo à *casa*, destina-se ao cultivo de *verduras*, fruteiras, e de alguma *roça* menor (mandioca, milho e feijão verdes). É também o lugar da *bateção do feijão*, à época da colheita. É ainda o espaço onde se constróem os *chiqueiros* das aves, os fornos para confecção de bolos e biscoitos e se improvisam ou se edificam os *banheiros*: cercados de talos de buriti e sem cobertura. Nas casas da cidade, o quintal é uma réplica, em menor escala, do da *casa* do *interior* onde, geralmente, nos limites entre o *quintal* e a *roça* são construídas as *casas de farinha*. Quanto ao *pasto* cultivado, este é um espaço contíguo à *roça*, porém cercado e onde, na fase de formação do pasto, certos *legumes* podem ser consorciados com o capim. Já a *serra*, esta é uma referência que surge nos últimos anos, designando o lugar do *arroz da chapada*, ou *negócio do cerrado* (Moraes, 2001).

3.1- A lógica do *baixão*

⁹ Por *catinga*, refere-se localmente a áreas de mata, nos *baixões* ou mesmo nas chapadas, distinguindo-se um pouco da definição de Ferreira (2000) e aproximando-se da de Carvalho (1924).

¹⁰ Nas últimas décadas, as áreas de brejo vêm sendo postas em risco, tanto pelo uso intensivo por parte dos camponeses quanto pelo desmatamento indiscriminado das chapadas, que acaba comprometendo as nascentes. A percepção desse risco tem levado os camponeses a serem mais cautelosos no uso dessas áreas e a explorar outras áreas, no *baixão* mesmo, porém mais distantes do brejo.

A forma tradicional de estabelecimento dos camponeses nos cerrados se dá *a partir do baixão* :

“É que foi na época que tirava negócio de posse, comprava título de posse, aí meu pai foi e adquiriu essa posse, depois veio a demarcação, aí o fazendeiro deu ordem pra ele topar no perímetro até onde ele quisesse ir na serra, mas era muito atrasado naquela época, ele só tirou próximo, perto do ribeirão, não aprofundou na serra, não topou no pique dele em cima da serra¹¹. Aí, ficou solta dentro, a gleba dele. Pega uma chapada também. Chapada e brejo, porque a chapada é muito grande, não dá pra pegar só brejo, não. É brejo e morro. Eu não tô lembrado bem, mas eu faço a base que era cinquenta a cinquenta e dois [1952], nessa faixa, que eu era pequeno quando nós se mudemos pra esse terreno (...)” (Sr. G. P. S., camponês da Comunidade de Sangue, Uruçuí, PI).

“O pequeno produtor já fez a opção dele, inicial, pelo baixão, porque, primeiro, que ele não tinha dinheiro [para adquirir grandes áreas], e segundo, que a terra era mais fácil de se trabalhar e ele não acreditava que a chapada produzisse [legume]” (D. T. B. N., presidente da COOPAGRI, Uruçuí/PI).

A produção agrícola básica de provisionamento, o *legume*, compreende o arroz (*Oryza sativa*), o feijão (*Vigna unguiculata*), a fava (*Phaseolus lunatus*), a mandioca (*Manihot sculenta*) e o milho (*Zea mays*), com cultivo anual de, no máximo, dez tarefas¹². Já a *verdura* ou *verdurinha* – pequenas hortas nos quintais – e pequenas quantidades de vegetais (abóbora, jerimum, quiabo, melancia, maxixe, etc.) são cultivados entre os *legumes* ou nas *leiras* (restos de arbustos amontoados em linha ao longo do terreno). Mas a *verdura* pode também ser tida como *legume*, dependendo do (maior) volume produzido.

O sistema de cultivo é a *roça de toco*, modelo de agricultura no qual a vegetação baixa é cortada (ou roçada), as árvores maiores são derrubadas e, após a queima, a madeira é aproveitada. A lenha e o carvão – produto do resto das árvores e arbustos *enleirados* e querimados – também são utilizados. Nesse sistema, planta-se à base de enxada, por um período em torno de três a quatro anos numa mesma área, que então deve ser deixada em descanso, partindo-se para o cultivo de outra. A *roça de toco* e suas variantes, *coivara* ou *queimada*, é um sistema largamente utilizado entre camponeses de diversas regiões brasileiras, conhecido em língua inglesa, segundo Wolf (1976) como *swidden*. O autor associa tais sistemas aos *ecótipos paleotécnicos* da primeira revolução agrícola.

Esse sistema, nos cerrados, funciona no ritmo de um ciclo anual dividido em duas estações: *inverno* ou estação das *águas* – de novembro a março, podendo ir de outubro a abril, em anos *bons de chuva* – e *verão* ou estação *seca* – de abril a outubro¹³. A primeira estação corresponde a intensa atividade agrícola e a segunda à entressafra, período no qual se vive do que se colheu na estação anterior, do fabrico e comercialização da farinha, do manejo do gado e de serviços extras em *ofícios* vários (pedreiro, carpinteiro, pequeno comércio), do extrativismo ou *dando a diária* para algum fazendeiro¹⁴.

¹¹ A ~~Esse atraso, ao qual o narrador se refere, significa que a~~ agricultura, então praticada não utilizava as ~~desconhecia o uso intensivo das~~ chapadas para cultivo.

¹² Três tarefas correspondem a um hectare. Com o uso do trator nos *baixões*, a área cultivada chega a 5 ha.

¹³ Semelhante ao que vigora entre as populações camponesas da Zona da Mata (Heredia, 1979) e do semi-árido (Godoi 1999) nordestino. No entanto, *Inverno* e *verão* nos cerrados diferem dos da Zona da Mata quanto às correspondentes épocas do ano, e dos do semi-árido quanto ao volume e maior regularidade de chuvas anuais, embora os cerrados sejam sujeitos a veranicos.

¹⁴ Para um esboço do *calendário agrícola* dos camponeses, ver Moraes (2000).

Um terreno é cultivado, em geral, por um período de três a quatro anos, quando começa a ficar difícil o trabalho da *limpa* (capina feita a enxada) com intervalos em torno de trinta dias, num total de duas a três, por produto, dependendo do ciclo de cada um. Uma área cultivada por três ou quatro anos consecutivos é tida como *velha* ou *encapoeirada*, o que significa intensidade da presença do *mato* (vegetação nativa pioneira) e aumento da necessidade de *limpas* e, também, que aquela área de terra está *perdendo a força*. O aumento da incidência do *mato*, portanto, é o sinalizador para o rodízio de terrenos:

“A gente passa a trabalhar três, quatro anos, aí o mato aumenta na terra. Aí, o que a gente faz? A gente já vai escolher o tipo de legume pra plantar naquela área que dá muito mato. É o feijão que tira com noventa dias, é o milho... já o arroz, ninguém planta. A mandioca, às vezes a gente planta mas já não quer mais plantar porque não dá conta do mato e é extenso o tempo [o ciclo é longo]. Aí, quando o mato aparece muito, a gente abandona a área, deixa ela formar a mata. O tempo [de recomposição da mata], depende do local. Tem local, região, que ela forma... dentro de três a quatro anos a mata tá formada. E outras áreas, às vezes passa cinco, seis anos e a mata tá pequena, sem formar¹⁵. Aí, quando ela forma, a gente esperou esse tempo, a terra tá semi-nova. O mato é mais pouco, nem cria tanto mato, aí derriba de novo. Quando fica velha, aí abandona de novo e vai caçar outra área pra trabalhar (...). A gente dá o nome – quando tá com uns três ou quatro anos que a gente trabalha – chama de terra encapoeirada. Porque aí a terra já tá mansa. Porque quando a gente vai derribar a mata virgem, ela tá braba, a terra, ela não tá mansa, macia. Aí, com três, quatro anos, a gente chama (...) terra encapoeirada. Porque é terra velha. Porque [é assim]: derrubou o primeiro ano, daí pra frente é terra encapoeirada que dá o nome”. (C. R.L., camponês da Comunidade de Morrinhos, Uruçuí/PI).

Os terrenos que estão *sendo formados* são áreas de terra em descanso, para reconstituição da mata, deixando-se à natureza o trabalho necessário à recuperação das terras usadas. Assim, é parte fundamental à administração da pequena propriedade, o escalonamento dos terrenos em uso e em descanso, e combinação das culturas principais com as complementares para que o terreno em uso seja bem aproveitado. A *abertura* de um novo terreno implica na *broca* um pouco mais cedo. Esse trabalho consiste em cortar o *mato* (arbustos) a foice para, depois de alguns dias, derrubar as árvores de maior porte a machado, as quais são enleiradas para a queima, após a madeira ter sido separada para ser aproveitada como lenha ou para outras finalidades. Havendo incorporação de novas áreas, o preparo dos terrenos – a partir de setembro em áreas já em uso – pode ser antecipado para maio ou junho:

“Inicia, a maioria, no mês de maio pra junho. Muitos deles começa brocar o mato fino, que o outro, grosso, a gente vai derribar lá no final de agosto, que é os pau grosso que a gente chama, que [derruba] é de machado. O dia sete de setembro é o dia percurado para tocar fogo na roça. Porque o pessoal de antigamente tinha uma ciência que é o melhor dia para tocar fogo na roça, porque é bom pra roça. É uma data boa para o início do trabalho. É a ciência de quem trabalha. Todo trabalhador tem sua ciência. A gente tem um bom lucro [safra]. É a data do mês que a gente espera ter um bom lucro. Um bom dia para fazer as coisas. Quando termina de colher [a safra plantada no ano anterior] já vai brocar [novo terreno]... Às vezes é uma mata muito fechada, a gente vai e broca ela mais cedo...” (G. P. S., camponês da Comunidade de Sangue, Uruçuí/PI).

O sistema de *roça de toco* compreende, portanto, algumas etapas: 1/ *brocar*, derrubar e queimar o terreno da roça (em *terreno velho* ou *abrindo novo terreno*); 2/ plantar na terra limpa, sem adubo adicional além do que resultou das cinzas da vegetação queimada ou, no máximo, algum esterco; 3/ usar o terreno por um período de três a quatro anos; 4/ abandonar o terreno para que recupere a fertilidade, o que é sinalizado pelo retorno da vegetação de maior parte e pela diminuição do *mato*.

¹⁵ O período de quatro anos contraria outras fontes (Gutberlet, 1994) que se referem, em média, a dez anos. Mas lógica dos camponeses funciona nos limites do senso prático (Bourdieu, 1994). Para quem dispõe de pequenas áreas de terra, um terreno não pode ficar em descanso por mais tempo do que o mínimo para o *encapoeiramento*.

Todas essas etapas são, basicamente, realizadas à base de mão-de-obra familiar, envolvendo trabalho masculino, feminino e infantil, este iniciado entre os sete e oito anos de idade, através de *servicinhos maneiros* (leves) e supõe a *família extensa* que trabalha roças individuais de cada grupo doméstico em que seus membros se subdividem. A extensão das áreas cultivadas, a cada ano, depende da *disposição da pessoa*, significando, entre outras coisas, quantidade de braços necessários para a *execução do trabalho*, em função da quantidade da produção. Essa quantidade é buscada primeiro na família e, depois, em mão-de-obra contratada. A possibilidade de ampliação da produção encontra-se, assim, diretamente relacionada ao ciclo de desenvolvimento da família que, em casos extremos de diminuição de braços, pode-se ver obrigada a contratar mão-de-obra temporária e até permanente.

As culturas de sequeiro têm os seus ciclos – excetuando-se a mandioca (entre oito e até vinte e quatro meses) – de dezembro a julho, época de atividade intensa, deflagrada pelas primeiras chuvas:

“Em dezembro, planta milho, mandioca e feijão. Procura a fase da lua. Tem essa experiência. É a fase da lua e o inverno, também, porque tando molhado, às vezes, ninguém nem vai procurar [saber] como é que tá a lua. Tem vários tipos de cereais que [a gente] procura a lua. O milho e o arroz, procura a lua cheia. E a mandioca. Feijão e melancia, outros tipos de planta, é lua nova. Porque na lua cheia, o feijão engrossa a rama e não dá muito. Dá pouco, não carrega bem. É o mesmo tipo da fruta. Antigamente era quase todo mundo que tinha essa experiência. Hoje, só alguns. Acabou alguns. Poucos é que seguem aquelas experiências...” (G. P. S., camponês da Comunidade de Sangue, Uruçuí/PI).

A mandioca é cultivada em duas variedades: a *mandioca brava* ou *mandioca amarga*, destinada ao fabrico da farinha, da goma (ou tapioca) e da puba; a macaxeira ou *mandioca mansa*¹⁶, para o consumo humano. O ciclo de produção de ambas é o mesmo mas elas são, em geral, cultivadas em terrenos distintos: a mandioca, em maior quantidade, na *roça*, e a macaxeira, em menor quantidade, no *quintal*. A mandioca, em função de seu ciclo relativamente longo, requer um escalonamento contínuo entre plantios mais antigos e mais recentes de modo que se tenha, sempre, raízes, em condições de serem colhidas, para o fabrico anual da farinha e outros produtos como a goma ou tapioca e a puba¹⁷.

Outro produto de grande importância para esses camponeses são o feijão – principalmente o *caupi*, *sempre verde*, ou *feijão-de-corda* –, e a *fava*. O ciclo dessas leguminosas varia entre sessenta e noventa dias e, dependendo da disponibilidade de terrenos, pode-se atingir até três safras anuais: a do *feijão das águas*, no início do *inverno*, de novembro a janeiro; o do feijão de *fins d'água*, no final do *inverno*, entre fevereiro/março e maio/junho; e a do *feijão de brejo* ou de *vazante*, entre os meses de

¹⁶ Essas denominações populares, bastante usadas Brasil afora, referem-se à maior ou menor presença de ácido cianídrico nas variedades. Na mandioca *mansa*, a proporção é menor que na *brava*.

¹⁷ Para detalhes sobre o fabrico e utilização desses produtos, ver Moraes (2000).

junho/agosto a setembro, este cultivado por quem possua terras de brejo ou de vazante ou a consigam através de arrendamento, até mesmo nas margens do rio Parnaíba, na sede do município¹⁸.

O *feijão verde*, colhido antes que as vagens amadureçam, é bastante apreciado. Quando seco, a colheita manual se faz arrancando as vagens (ou toda a planta), postas ao sol para secar no *quintal*, onde se realiza a *bateção* (pisar, ou bater nas vagens com um *cacete*) e, em seguida, o trabalho de *ventar*: separar a *palhada* (resto das plantas secas) mais grossa dos grãos que, depois, são balançados em peneiras, de modo que os grãos se separem, ao máximo possível, dos restos da *palhada*. O armazenamento é feito em sacos ou em *paíóis* de talos de buriti. Igualmente é feito com a fava.

O milho, outro produto importante entre os camponeses, também é plantado logo no início do inverno. Seu ciclo é de noventa dias, podendo ser consumido *verde*, assado, cozido ou em outras preparações, como *pamonha* e *canjica*. Mas a maior parte do cultivo é colhida seca. Nesse caso, faz-se a *quebra* do milho (quebra-se o talo da planta, deixando-a secar no próprio roçado), ficando a espiga voltada para baixo, não apodrecendo, caso receba chuva, nem sendo consumida por pássaros, por ficar misturada à folhagem. Isto permite uma colheita aos poucos, em até três meses, quando se colhe o que restou, debulha-se ou não, e armazena-se em sacos, tambores ou *paíóis* de buriti. O milho seco destina-se à ração animal e ao consumo humano, nesse caso, moído ou ralado, para várias preparações.

O arroz, outro produto básico na dieta camponesa da região, até pouco tempo atrás cultivado no *brejo* e no *baixão*, atualmente, vem sendo plantado nas chapadas. Os camponeses referem-se a dois tipos de arroz, relacionados à duração do ciclo: o *tardão* (ciclo longo: quatro meses) e o *ligeiro* (ciclo curto: três meses). Em geral, nesse sistema agrícola extremamente dependente de chuva, a preferência recai sobre o arroz tardão, uma vez que a experiência já demonstrou ser este mais resistente à escassez de chuva durante o seu ciclo que, por ser mais longo, favorece a recuperação dos efeitos dos veranicos:

“Depende do tipo de arroz que planta. Porque se plantar em dezembro, o arroz tardão, quando for em abril, ele já tá maduro. É quatro mês, dentro de cinco. E o [arroz] ligeiro, é noventa dias. Três meses. Se plantar em dezembro, em fevereiro, março, tá colhendo. A diferença é que o tardão tem como ele formar mais, e o ligeiro, se ele pegar trinta dias de sol, acabou-se o arroz!, não tem como ele recuperar mais. O tardão, não. Embora ele pegue trinta dias de sol, quando ele chove, ele recupera e acontece de não perder a parição, que é a época dele soltar o cacho. Na ultima frase [fase] do arroz, a gente chama ele de embuchado [grávido], com a bucha toda criada. Aí, a gente diz: “– Tá na hora de parir” (G. P. S., camponês da Comunidade de Sangue, Uruçuí/PI).

Muitas vezes, o produto estocado na safra anterior é insuficiente para atender às necessidades de abastecimento da família até à safra seguinte, caso em que a necessidade que a família tenha, do produto é que determinará o tipo do arroz a ser cultivado, sendo comum plantar parte do terreno com arroz *tardão* e outra com o *ligeiro*. Essa necessidade leva ao consumo do chamado *arroz torrado*: parte

¹⁸ Camponeses já fixados na sede do município e sem terra nos *baixões* cultivam *feijão de vazante* e hortaliças, regados *à lata* (manualmente), em terras cedidas pelos proprietários, ao longo do rio Parnaíba. A cessão de terras, comumente, envolve trocas de interesses políticos como votos nas eleições.

do arroz é colhida verde sendo depois torrada, com casca, para em seguida ser pilada e consumida. Este hábito, surgido da necessidade, gerou um gosto pelo *arroz torrado* como um prato especial.

Na colheita, manual, do arroz, os cachos cortados são postos dentro de casa, aos montes e, ao final, faz-se, ali, a *bateção*. Em seguida, *venta-se* o arroz que é então colocado em lonas, para secar ao sol, por dois dias. Após a secagem, os grãos são ensacados e à medida que vão sendo utilizados no consumo alimentar, são pilados pelas mulheres, em pilões de madeira, ou, como já ocorre com frequência, são *limpos* em máquinas que já existem em algumas comunidades ou na sede do município.

É para a produção anual desses *legumes* que as famílias camponesas se voltam, num esforço baseado mais no emprego do trabalho humano e animal e menos na energia de combustíveis e aperfeiçoamentos técnico-científicos. Esse seria, segundo Wolf (1976) um *ecótipo* a meio caminho entre modelos *paleotécnicos* e *neotécnicos*. As principais ferramentas são a enxada, a foice e o facão, usados nas diversas etapas do preparo do terreno e na colheita de alguns produtos. A matraca (plantadeira manual) também é utilizada no plantio dos grãos, com exceção da fava, cujo grão é maior que os demais. As colheitas são manuais e a armazenagem se dá em sacos ou em *paíóis*, feitos de talos de buriti.

As técnicas de cultivo baseiam-se, via de regra, no consórcio de plantas, o *plantar junto* (milho + feijão, milho + fava, mandioca + feijão), cujo oposto é o plantio *solteiro* ou *sozinho*. Segundo os camponeses, essas associações *enfraquecem a produção*, mas são bastante praticadas. Na dependência das condições de cada família, a opção por determinada técnica estará sempre sujeita ao cálculo das possibilidades familiares envolvendo fatores como terra, capacidade de trabalho, volume da produção visado, etc. É comum a sucessão de cultivos numa mesma área, dependendo dos ciclos dos *legumes* e de certas culturas consideradas como *amansadoras de terra*, caso, por exemplo, da mandioca, em cuja área, depois de colhida, costuma-se plantar feijão. O adubo utilizado origina-se das cinzas das queimadas, não sendo usual os adubos químicos. Já o *estrume* (esterco do gado) é mais utilizado em hortas. No plantio, utilizam-se grãos da própria safra anterior, de algum vizinho ou amigo:

“Semente da gente. Seleciona na época da colheita, já tira separado, pra planta. Guarda em saco, em coifos. Não põe veneno. Hoje em dia é que tão jogando veneno em tudo e a gente tá comendo coisa botada veneno. O feijão, a gente usa guardado em depósito: coifo [espécie de cesto, feito de tala de buriti], tambor, areado [misturado com areia], de um ano para outro, não dá inseto nenhum. A semente da planta, a quantidade depende da área que vai plantar. Esse ano eu já tou previsto: separei um saco. Com um saco se planta muita terra, porque não pode plantar muito de primeiras água porque ele [o feijão] enfiça [fica viçoso; produz muita folhagem] muito, vai muita terra e pouco feijão... O de primeiras água planta com a mandioca ou com o milho” (G. P. S. camponês da Comunidade de Sangue, Uruçuí/PI).

Esse sistema de *roça de toco* associa-se ao extrativismo do buriti (*Mauritia vinifera*), do babaçu (*Orbygnia phalerata*), ou coco, e de um tipo de coqueiro anão, o *piçaba* ou *caroço só* (*Attalea* sp.), também conhecido como *tucum anão*. O babaçu produz durante todo o ano e é mais recolhido no verão, porque no *inverno* fica *encharcado*. É consumido *in natura* ou na forma de óleo ou azeite, fonte da gordura utilizada no preparo dos alimentos. Já o buriti, recolhido entre outubro e janeiro, é utilizado em

várias preparações alimentares, como a *semberemba* ou *tiquára* – espécie de suco espesso, quase um creme da polpa fresca e consumido com beiju ou farinha – e doce. O óleo ou azeite do buriti tem finalidade terapêutica (*pegada de cobra* e fermentos.). Do coco e do buriti faz-se, ainda, sabão.

As palhas e *talas* (fibra flexível, do caule) dessas espécies vegetais são largamente usadas nas construções e coberturas de casas, na construção de *chiqueiros* para aves, confecção de *coifos*, peneiras, abanos, esteiras e porta-utensílios domésticos. Com o tronco, edificam-se *paíóis*, cercas em volta das casas e canteiros, *chiqueiros*, banheiros nos *quintais*, portas das casas, e fabricam-se cestos, móveis, etc. Das *embiras* ou *talas* confeccionam-se utensílios diversos, como o *tapiti* (feito de *tala* de buriti, utilizado na *farinhada* para pôr a massa da mandioca para escorrer). De fato, a participação do coco e do buriti na economia camponesa dos cerrados piauienses é inestimável:

“Aqui na roça, a gente vive é assim. Do coco e do buriti, nada se perde. A gente aproveita até o carvão.” (H. A. S., camponesa da comunidade de Bananeira, Uruçuí/PI).

Além dos cocos, há o pequi ou piqui, encontrado também nas chapadas, cuja safra ocorre no inverno. Seu fruto é consumido *in natura* ou cozido. Da sua polpa extrai-se o azeite ou óleo, de uso alimentício e medicinal, e ainda se fabrica o sabão. O fruto é comercializado nas cidades. A árvore serve de alimento para o gado e o caroço é utilizado na produção de carvão para uso doméstico feito, pelas mulheres.

Além dos *legumes*, produzem-se complementarmente, em menor escala, e sem regularidade nos ciclos anuais sucessivos, outros produtos como frutas (laranja, limão, tangerina, banana, abacaxi, goiaba, abacate, caju) e *verduras* (coentro, cebolinha, tomate, pimentão, cebola, alho), além do algodão, em geral, cultivados nos *quintais*. Alguns possuem pomares um pouco maiores, visando, também o comércio, porém, a maioria cultiva estas espécies em pequena escala, para consumo familiar.

Esse é o sentido, também, da *criação* (galináceos) e da *miunça* (suínos, ovinos e caprinos), esta, nos últimos anos, diminuindo devido à restrição ao uso das chapadas e à exigência de criar os animais – tradicionalmente, criados soltos entre o *baixão* e a chapada – presos. Restrição que gera, ainda, uma super-safra de produtos naturais dos cerrados, outrora consumidos pelos animais:

“O porco era solto para cevar [engordar] com buriti. O caroço do buriti e do pequi e o cajuí [caju pequeno, natural da chapada]. Ele fica cevado¹⁹. Hoje, não cria mais. Aí, perde pequi, cajuí, buriti e a gente não liga mesmo pra aproveitar porque não tem concorrência [não tem venda, já que todos apanham para si] Só panha mesmo pra comer...” (G. P. S., camponês da Comunidade de Sangue, Uruçuí/PI).

É ainda no *baixão* que se realiza o trabalho de *formação de pasto*, com o cultivo de forrageiras como os capins *agropol* (*Andropogon gayanus*), *napiê* (*Pennisetum purpureum*) e *brequiara* (*Brachiaria decumbens*), em áreas cercadas, em torno de um a dois hectares no máximo, porquanto os rebanhos de gado *vacum* atingem até sessenta cabeças, considerando-se a família extensa.

¹⁹Segundo Ferreira (2000), miúça ou miunça é uma designação dada entre os camponeses nordestinos ao gado caprino e *ovelhum*. Entre os camponeses investigados, essa definição estende-se também aos suínos.

Além das moradas dispersas, no *baixão* encontram-se pequenos povoados, com estruturas como capelas, escolas, postos de saúde (onde existe), pequenos estabelecimentos comerciais e umas poucas casas. São locais de reuniões para fins diversos, de celebração religiosa e festiva, como as festas dos santos padroeiros, nos meses seguintes às colheitas, a maioria delas entre junho e agosto. O *baixão* descortina-se, portanto, como o *locus* de sociabilidade. Tradicionalmente, é o lugar de constituição da posse e da propriedade, como se constata de várias narrativas e desponta, material e simbolicamente, como o ponto nevrálgico do processo de territorialização camponesa.

3.2- A lógica da *chapada*

Ao contrário do que afirmam as *narrativas mestras* sobre o *vazio* das chapadas (Moraes, 2000), estas sempre foram incorporadas ao cálculo econômico das famílias camponesas quer pelo extrativismo de madeira, para construções e fabrico de móveis, de frutos e plantas, para alimentação humana e animal ou ainda de ervas terapêuticas, quer pela caça, criação do gado e caprinos *na solta* e até mesmo por alguma agricultura de sequeiro – pequenas roças de mandioca e feijão – praticada nos *tabuleiros* ou nos *ourela do baixão* (área de transição entre o baixão e a chapada).

Embora os próprios camponeses digam que a chapada não tem *utilidade* no sistema tradicional, à medida que se aprofundam as conversas e a convivência com eles e se compreende melhor suas formas de trabalho, em seu ambiente de vida, vai-se delineando um conjunto de práticas e atividades desenvolvidas na chapada. Aí, sim, torna-se claro o sentido da *falta de utilidade* referida: trata-se de utilidade para o cultivo agrícola do *legume*, em particular. Quando as *master narratives* argumentam que são os próprios camponeses que afirmam a *inutilidade* da chapada nos sistemas tradicionais, difunde uma visão reducionista da reprodução social dos camponeses nos cerrados, à medida que restringe o uso da chapada ao *cultivo agrícola*. Redução desmentida pelas práticas camponesas reais, seus saberes e falas manifestados em aproximações menos superficiais, desmontando a ideologia das chapadas como *zonas vazias* (sem usuários), supostamente confirmadas pela idéia de *zonas sem usos*.

De fato, os solos de *chapada*, nos *cerrados*, só passaram a ser considerados propícios à prática da agricultura moderna com as tecnologias geradas pela *Revolução Verde*. Esse terreno tampouco era tido pelos camponeses como *lugar de agricultura*. No entanto, a agricultura camponesa nos cerrados supõe uma articulação essencial entre *baixões* e *chapadas*. Se o *baixão* é o *locus* onde se desenrolam as atividades referidas acima, a chapada é o *mundo a perder de vista, terra de ninguém* e, portanto, de todos – cujas funções são nem por isso menos básicas para a economia camponesa. Nesse sentido era, no *sistema antigo*, o lugar do uso em comum da *terra voluntária* (Moraes, 1999, 2000):

“Criatório, antigamente, era solto no mato, aí. Não tinha negócio de cercar, não. Eles [o gado] comiam na serra; no inverno, desciam para o baixão, bebiam e ficavam na solta mesmo. Mesmo no verão, na serra tem sempre um lugar que fica mais frio e eles procuram. Nunca [o gado] foi eternamente cá no baixão, junto da aguada. Sempre ia procurar [comida] pra fora (...). Naquele tempo antigo, não tinha negócio de plantar capim.

Era solto, o gado, não tinha trabalho com criatório, não. Hoje em dia é que a gente tá tendo. Tinha muita terra e pasto à vontade. Hoje, [o gado] tem que ser preso: plantar o pasto, fazer a cerca primeiro, pra criar o gado preso dentro, na chapada ou no baixão” (F. S. L., camponês da comunidade de Bananeira, Uruçuí/PI).

A chapada é, também, misteriosa, com um imaginário cheio de simbolismos. Nas narrativas populares dos habitantes dos cerrados piauienses, circula uma versão da *chapada* como lugar da *luz do campo*, ou *fogo do campo*²⁰. Essa mesma *chapada* oferece espécies vegetais como a faveira (*Parquia platicefala*) – especificidade piauiense –, consumidas pelos animais e uma pastagem natural, o capim *agresto* (*Trachypogon* sp.), alimenta do gado no inverno, e em boa parte do verão:

“O uso do capim agresto [agreste] depende das época. A maioria, o pasto sai nas primeiras águas e fica até junho, julho. Algumas partes. Outras partes, já sendo agresto de dois anos, sem queimar, já no mês de junho, a gente taca fogo pra não criar cobra dentro daquele agresto... A gente não deixa muito por causa de não criar cobra pra morder os bicho [gado], evita os inseto se ajuntar e aí cria o pasto pro gado (...). A época de verão, de junho em diante, a gente usa queimar o mato para sair a babuja [folhagem] nova –, num sabe? –, pro gado se refrigerar. Aí, a gente começa em junho, julho, esse período, fazer queimada, pra fazer babuja pro gado. Aí, quando parte de agosto em diante, só toca fogo mesmo pra, de início de primeiras água, sair o pasto pro gado comer, porque, aí, não sai mais babuja nenhuma. Só faz queimar mesmo pra limpar, pra criar pasto novo. A maioria das queimadas a gente faz nesse tempo, mas não pra esperar pasto [imediato]. Pra esperar pasto é de junho pra julho. Sempre não falta. Quando não tem pasto seco, tem o verde. As queimadas, a gente faz cedo, enquanto o terreno tá fresco [resto de umidade]... e tem o brejo que não seca muito... aí o gado desce. Eles vêm por conta própria, pro brejo que não seca. Desce pro brejo, sobe pra chapada, pra comer a flor do pequi, a fava-danta”. (G. P. S., camponês da Comunidade de Sangue, Uruçuí/PI).

Na utilização do fogo, as árvores maiores são atingidas. Para evitar danos maiores à vegetação, os camponeses costumam fazer *aceiros* (faixas capinadas) em volta da área que vai ser queimada.

É enorme a variedade de espécies vegetais nas chapadas. Algumas são alimentares como a cagaita (*Eugenia dysenterica*), a mangaba (*Hancornia speciosa*), a guabioba (*Campomanesia* sp.), o pequi (*Cariocar coriaceum*), o bacuri (*Platonia insignis*), o cajuí (*Anacardium* sp.); outras, terapêuticas, como o angico (*Anademathera macrocarpa*), a catinga-de-porco ou pau-de-rato (*Caesalpinia pyramidalis*), o barbatimão (*Stryphodendron coriaceum*), a fava-d’anta (*Dimorphandra gardneriana*) e a pustemeira²¹. Há, ainda, as fornecedoras de madeiras, como a massaranduba (*Manilkara* sp.), a sucupira (*Bowdichia virgilioides*), a aroeira (*Astronium urundeuva*), o pau d’arco amarelo (*Tebebuia serratifolia*) e o pau d’arco roxo (*Tebebuia avellanadae*), o angico (*Anademathera macrocarpa*), a candeia (*Plathymenia reticulata*), o jatobá (*Himenaëa* sp.), e a caraíba (*Tebebuia cariba*). Outras, como a sambaíba (*Curatella americana*), ou *lixeira*, cujas folhas com grande concentração sílica, são usadas como buchas domésticas; o pau-de-terra (*Qualea grandiflora*) é usado para lenha; o referido barbatimão, também é usado para curtimento de peles e o tingui (*Magonia glabrata*), para a fabricação caseira de sabão.

Entres as espécies animais, algumas têm a carne bastante apreciada para o consumo, como o tatu-bola (*Tolypeutes tricinctus*), o tatu-peba (*Dasypus* sp.) e o tatu-galinha ou verdadeiro (*Dasypus*

²⁰ Para detalhes, ver Moraes (2000).

²¹ A classificação científica da *pustemeira* – não foi localizada. Quanto à *fava d’anta*, esta é utilizada pela indústria farmacêutica, sendo recolhida pelas populações locais dos cerrados para intermediários que negociam com os laboratórios, como o Merck (Andrade, 1995) um dos compradores.

novemcinctus), a ema (*Rhea americana*), a seriema (*Cariama cristata*), a perdiz (*Rhynchatus rufescens*), a cutia (*Dasyprocta agouti*), veados (*Ozoteceros* sp., *Mazama* sp. e *Mazama gouazoubira*.), a paca (*Cuniculus paca*) e a preá (*Cavea operea*)²².

A *chapada*, portanto, não é um espaço desvalorizado pelos camponeses que desenvolvem, de fato, entre o *baixão* e a *chapada*, suas estratégias de reprodução social.

IV- O retorno à chapada: o negócio do cerrado sob a lógica do provisionamento

As limitações trazidas pela incorporação das chapadas induz os camponeses a buscar novas soluções, num *processo cognitivo dinâmico* (Suarez et al, 1983). De fato, os camponeses passam de uma situação de relativa autonomia, para a condição de arrendatários de áreas de chapadas, na tentativa de inserção no *negócio do cerrado*. A localmente chamada *época dos projeteiros* (Moraes, 2000), é um marco no processo de apropriação privada das áreas de cerrados piauienses, nos anos 70, o que provocou a interdição do uso das *chapadas* a camponeses, e o seu progressivo encurralamento, nos *baixões*. Esse acuoamento intensificar-se-ia com a definitiva implantação da agricultura intensiva do complexo carnes/grãos, para exportação, a partir da segunda metade dos 80, com a *era dos gaúchos*²³. Nesse processo, ao mesmo tempo em que descobrem que a *chapada* se presta à agricultura mecanizada, os camponeses percebem, também, a própria liminaridade, o encurralamento nos *baixões*, a exclusão do processo de modernização agrícola, e a crescente expulsão do campo para a periferia das cidades.

A transferência gradativa de contingentes populacionais dos *baixões*, para as pequenas cidades vem-se desenrolando desde a *época dos projeteiros*, quando os trabalhadores da região foram utilizados para o desmatamento das áreas, sendo, depois, dispensados. Essa mão-de-obra sobrando não seria absorvida na *era dos gaúchos*, uma vez que os atuais cultivos de arroz e de soja geram poucos postos de trabalho, por empregarem alta tecnologia de mão-de-obra especializada. Segundo o presidente do STR/Uruçuí, a exploração de uma área de 10.000 hectares, nos cerrados, gera apenas 30 postos de trabalho permanente. As possibilidades de emprego, nesses projetos, para trabalhadores locais, restringem-se a atividades sazonais como a de *catadores de toco*, na *abertura de novas áreas* para plantio.

O acesso dos camponeses à *chapada* é precário e as vias utilizadas para isto, até o momento, têm sido as tentativas de ocupação de áreas abandonadas, caso da *Fazenda Saponga*, o emergente movimento de ocupação de áreas com um percentual significativo de vegetação nativa, caso do *Assentamento Flores*, e o arrendamento de áreas de chapada para o cultivo de arroz (Moraes, 2000).

²² A nomenclatura científica aqui utilizada para espécies vegetais baseou-se em Braga (1960) e em texto da Embrapa-Uepae Teresina (1982), e para espécies animais, em Carvalho (1979) e Auditoria Ambiental (1998). Registro, ainda, a orientação de José Herculano de Carvalho, pesquisador Embrapa-CPAMN.

²³ Sobre a incorporação dos cerrados no Brasil, Nordeste e Piauí, e sobre *projeteiros* e *gaúchos*, ver Moraes (2000).

No caso do arrendamento, são diversos os sentidos das estratégias em curso: para os *projeteiros* inadimplentes, significa auferir a renda da terra m(enquanto *rolam* as dívidas com os bancos), ou a indenização por desapropriação; para os *gaúchos*, significa a renda do aluguel de máquinas e da prestação de serviços. Para os camponeses, tanto os que continuam nos *baixões*, quanto aqueles que vivem na cidade, passa a ser uma estratégia de sobrevivência e de ampliação do acesso à terra.

Inicialmente, agricultores com e sem terra, residentes na sede do município de Uruçuí, na safra 1994/1995, começaram a arrendar áreas nas *chapadas*. Já em 1997/1998, grupos de camponeses moradores nos *baixões*, premidos pelo encurralamento, e liderados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, e pela Cooperativa dos Pequenos Produtores Rurais, passaram também a buscar essa alternativa. Mas há diferenças de práticas e de projetos, entre *gaúchos* e camponeses, no cultivo do arroz. Para os *gaúchos*, o arroz é, inicialmente, cultura de rotação com a soja, plantado durante os três primeiros anos nas áreas *novas* (desmatadas pela primeira vez), visando *amansar* a terra ou seja, corrigir a acidez do solo e incorporar-lhe nutrientes dos quais a soja necessita.

Já, para os camponeses, o arroz é a meta principal, como estratégia para sobreviver, como uma saída da situação de *crise ecológica* (Wolf, 1984) na qual se encontram e, também, como tentativa de inclusão no *negócio do cerrado*. Para vários dos camponeses que arrendaram terra na Fazenda *Saponga* (Moraes, 2000), por exemplo, e que haviam sido empregados ali, plantar agora, não mais como empregados, era como uma *desforra* dos *projeteiros*. O cultivo do arroz, aparece, assim, como uma *brecha*, para garantir simultaneamente o estoque alimentar anual e alguma renda monetária – nos marcos de uma agricultura de aprovisionamento. Significa, também, uma identidade afirmativa.

Mas esse *retorno à chapada* precariamente (sem terra, sem assistência técnica, sem capital) aponta, ainda, para a hegemonia de um modelo de agricultura que, embora criticado como responsável pela crise no sistema agrícola camponês tradicional, consegue, ele próprio, ir-se impondo como estratégia de sobrevivência e, em certa medida, como *objeto de desejo* dos camponeses, de entrarem no *negócio do cerrado*. De fato, os camponeses, como sujeitos históricos concretos, participam de dois universos ideacionais distintos, com ambos coincidindo em sua consciência, o que aponta, como discutido por Woortmann ([19--]), para a complexidade da sua relação com a modernidade.

Com efeito, eles se dão conta da instabilidade das condições da prática agrícola copiada precariamente dos grandes projetos baseados na monocultura de grãos na chapada, seja em termos ambientais, seja como modelo de reprodução social para si mesmos, em decorrência de limitações de várias ordens, principalmente a econômico-financeira e tecnológica. Nesse processo, entre os próprios camponeses, há aqueles mais propensos a partilhar a idéia hegemônica da prática da monocultura na *chapada*²⁴,

²⁴ Nos grandes projetos, embora já se fale em diversificação, a ênfase ainda é posta nas monoculturas (arroz e de soja). Entre as práticas conservacionistas, difunde-se o plantio direto da soja, que embora funcione em termos de conservação do solo, é consumidor de agrotóxicos por implicar o uso de desfolhantes químicos.

justificada pelo produtivismo, enquanto alguns defendem um modelo menos agressivo, principalmente no que toca ao uso de agrotóxicos – o *veneno*, como dizem.

O arroz na *chapada* é cultivado pelos camponeses em maior quantidade do que o era no *baixão*, sendo, agora, praticado em grupos de até trinta componentes, para atingir escala²⁵. Esse *retorno* dos camponeses à *chapada* não se dá me estranheza em relação às novidades – como a quantidade de terra ou de sementes a serem cultivadas, dentro das novas orientações tecnológicas e normas bancárias com as quais deparam, praticamente sem assistência técnica. De fato, causa grande impacto a diferença de tamanho das áreas cultivadas no *sistema antigo* (*roça de toco*) em relação ao *sistema novo* (monocultura de *chapada*), a maior quantidade de sementes requerida, e o uso de equipamentos como plantadeiras e colheitadeiras mecânicas – embora já ocorra, nos últimos anos, alguma utilização de trator no preparo de terras do *baixão*²⁶. Esses agricultores que estavam acostumados a cultivar, anualmente, pequenas áreas de produtos diversificados, vêem-se, agora, cultivando até 500 hectares – em termos coletivos – de uma única cultura, em área contínua e com tecnologia estranha. Essa mudança brusca no *ecótipo* (Wolf, 1976) promove uma série de alterações no mundo de vida e de trabalho desses cultivadores que, para enfrenta-las, contam praticamente consigo próprios e com mediadores como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a Cooperativa de Pequenos Produtores, que, no entanto não estão aparelhados para, por exemplo, prestar assistência técnica ou financiamento.

Essas entidades funcionam, nesse processo, como aglutinadores e prestadores de serviços, realizando limpeza de áreas, transporte, plantios, vendas de sementes e aluguel de máquinas e contatos junto a agentes financeiros. Elas surgem e se organizam no cerne dos movimentos sociais vinculados às estratégias de reprodução social dos camponeses nos municípios da região:

“No final de noventa e três [1993], nós tínhamos fundado a cooperativa [em Uruçuí] (...). Nós fomos informados que teria o programa do projeto, o Programa de Geração de Emprego e Renda [do Banco do Nordeste] e que a cooperativa seria um caminho pra se chegar a esse financiamento, trazer esse financiamento pros agricultores (...). Nós fundamos essa cooperativa aqui mas também estendemos a discussão na região (...). Mas do ponto de vista de organização dos agricultores, aí, a gente trabalha com um universo muito grande, porque nós temos uma certa credibilidade no que diz respeito à questão de mobilização desses agricultores. Exemplo: na época de custeio de Pronaf a cooperativa sempre mobiliza um grande número de agricultores e organiza grupos de agricultores para plantio em áreas arrendadas. Nesse último ano [1999] nós já organizamos em torno de uns duzentos agricultores. Nós távamos inicialmente, parece que eram quatro grupos, aí, teve um problema de dispersão por problema da área que nós iríamos plantar e que não foi suficiente: o proprietário [de áreas de chapada] deu mais carta de arrendamento do que tinha a área (...). Então o seu Gervásio organizou um grupo de umas dezesseis pessoas, o Sabino organizou um outro grupo com umas vinte pessoas, o João Carlos e o Expedito e esses grupos, eles tinham idéia de trabalhar baseado na infra-estrutura da cooperativa, se utilizando do aluguel do trator, do caminhão, né? A cooperativa baseada nesse grupo alugou outras máquinas que eles iriam usar: a plantadeira... alugou antecipadamente uma colheitadeira, para já ter, antecipadamente, a garantia da colheita desse arroz. (...) Mas nesses momentos, então, a cooperativa atua de forma mais ampla porque ela atua tanto nessa área que vai prestar serviço quanto na questão de pressão junto ao banco, né? Aí a gente encaminha ofício junto ao banco com a relação dos nomes, solicitando que seja feita a inclusão dessas pessoas na relação das pessoas que

²⁵ Embora plantem em grupo, o financiamento é individual. Alguns camponeses conseguem *multiplicar* esse recurso, colocando esposa e filhos, muitas vezes em grupos diferentes.

²⁶ Essa é uma prática ainda bastante dependente de fatores como situação das estradas, disponibilidade e condição das máquinas, formação de grupo para ter volume de áreas que justifique a ida da máquina ao local, entre outros. A questão das estradas, por exemplo, passa pelo clientelismo político-administrativo.

vão ser financiadas e acaba sempre até mesmo assumindo... em alguns casos, nós assumimos até o serviço burocrático que seria da EMATER em elaboração de projetos. Nós pegamos o disquete [com o roteiro para elaboração do projeto] que é padrão, para agilizar. A cooperativa fez então alguns projetos pra essas pessoas de uma forma de não deixar que as pessoas ficassem prejudicadas pela falta de infra-estrutura da EMATER.” (D. T. B. N., presidente da COOPAGRI/Uruçuí/PI).

A organização em grupos para o plantio do arroz é uma solução baseada na *economia da reciprocidade* (Valensi, Randles, Chrétien, 1978, Sabourin, 2000), acionada tanto para formar escala quanto para possibilitar certas etapas dos serviços não-contratados e executados pelos próprios camponeses. Essa atividade implica, por exemplo, a contratação de máquinas e serviços, que seria impossível caso os plantios fossem feitos individualmente, já que cada um deles cultiva apenas de cinco a dez hectares. Embora cada membro do grupo tenha o seu próprio plantio, no conjunto da área total cultivada pelo grupo, e os financiamentos também não sejam coletivos, há um investimento conjunto na negociação dos contratos, nas aquisições de sementes e insumos e na contratação dos serviços. Mesmo que o grupo delegue tais funções a um *enfrentante*, o que se observa na prática é uma freqüente troca de opiniões e avaliações coletivas dos passos a serem dados e, até mesmo, troca de serviços, embora haja casos em que se delega tudo ao próprio dono das máquinas, contratado para fazer o *serviço do cerrado*.

As colheitas das safras de 1997 a 1999 não foram boas para os camponeses. Atingiram apenas de 50 a 60% em relação ao esperado. Em 1997 e 1998, devido à escassez de chuvas; em 1999, devido ao surgimento de doenças. Esta situação indica o risco com o qual esses camponeses convivem, nessa atividade, entre outras coisas, pelo fato de a cultura do arroz de sequeiro ser muito dependente de chuva. De fato, o cultivo de arroz na *chapada* não fazia parte do sistema agrícola camponês tradicional. Isto significa que, embora acionem sua experiência como agricultores, os camponeses estão entrando em contato com uma atividade nova para eles, fruto da modernização agrícola que define o paradigma de exploração agrícola da *chapada*. Há, portanto, uma significativa distância, entre as condições dos camponeses e dos produtores modernos no cultivo do arroz de sequeiro²⁷.

Os camponeses realizam essa atividade parcialmente, com apenas um pé na modernidade, enfrentando toda sorte de limites. O primeiro diz respeito à própria relação precária com a terra, resultante da natureza dos contratos de arrendamento, e dependem das condições impostas pelos proprietários. Em algumas cartas de anuência, consta *cessão gratuita* da área quando, na prática, segundo depoimentos de camponeses, eles próprios pagam até 120 quilos de arroz por hectare, o que corresponde a um saco de arroz já pilado. A maioria dos contratos baseia-se entre 50 e 60 quilos/ha, o que corresponde a um saco de arroz com casca. Nos casos raros, em que não é cobrada a renda, os proprietários de terra ganham na prestação de serviços, através do aluguel das próprias máquinas aos camponeses. Já os

²⁷ Sobre detalhes técnico-agronômico do cultivo do arroz nas chapadas, ver Moraes (2000)

proprietários de projetos abandonados – que têm débitos atrasados com os bancos, não podendo mais conseguir financiamento – arrendam parte de suas áreas aos camponeses.

O conjunto de recomendações do pacote técnico agrônômico, referido, inclui requisitos que estão, em sua grande maioria, excluídos das condições operacionais dos camponeses. A situação é de precariedade e a decorrente parcialidade na adoção do pacote tecnológico:

“(...). Primeiro, é o seguinte: o banco tem liberado o dinheiro muito tarde, tem liberado o dinheiro lá pelo dia quinze de dezembro e os valores chegam tarde, tem dificuldade. O outro fator é que o parque de máquinas tá sucateado, os fazendeiros, quem têm máquina boa, tá plantando na época; os outros que tão com máquina ruim, é justamente porque não tão plantando e alugam essas máquinas [para os camponeses] (...). Esse problema das perdas ele tá ligado nesses fatores: o fator das áreas também serem áreas que já não são mais áreas propícias a fazer plantio sem alta tecnologia, inclusive, de combate às pragas, a erva daninha, porque são áreas que já estão com grande quantidade de carrapicho, essa série de coisas. Então o que é que você tem? Você planta o arroz, começa a se desenvolver, se chega no período da colheita, tu não tem a colheitadeira na hora, o mato passa do arroz, e a qualidade... Tu colhe com uma produtividade pequena e tu ainda tem a qualidade ruim. Um outro fator pesado também é que com as máquinas ruim tu vai colher... (...). Tem a questão da máquina desregulada, equipamento ruim, não tem técnicos que deveria ter pra acompanhar a colheita. Muita precariedade. Eu tenho aí o arroz que tem o acamamento [tempo da colheita], demora vir a máquina o arroz cai, né, então o que significa? Que de mil quilos, trezentos ficam no chão. Aí, tu tem, no final, que calcular: de uma produtividade de mil e quinhentos quilos por hectare, a produtividade cai pra mil quilos mas tu ainda tem uma perda de trezentos quilos e tu vai ficar com setecentos quilos, mais ou menos. Então é tudo feito com arranjo, com gambiarra, com remendos, pra poder dar certo. E começa desde cedo. Olha, você tem aqui: primeiro os valores que o banco libera é pequeno, se eu não me engano foi duzentos e dez reais, por hectare. Ainda tem o adubo caro, a semente de qualidade, por sinal ela é cara. - a semente, nesse ano [1999] os agricultores que plantou com grãos da cooperativa que não é semente, foi grão da safra anterior. Outros compraram semente de fora. A Cooperativa vendeu a sessenta e cinco centavos e o pessoal tava comprando a noventa centavos fora. Nós tivemos alguns problemas com essa semente mas, no todo, a gente percebeu que o problema não era da semente, o problema foi da forma como foi plantado. Olha, tu tem aí o quê? Tu tem a necessidade de utilizar o veneno pra proteger a semente contra cupim, jogada na terra ali enquanto ela não germina. Muitas vezes tu pode ter o cupim comendo a semente, então a gente utiliza produtos, inseticidas que vai proteger a semente, furadan [pesticida] e outros, para o tratamento de semente, e outros mais fracos. Isso é caro, é caro. Aí, o agricultor... muito desses agricultores plantam sem veneno, uma boa parte. E o tratamento de sementes é feito por eles mesmos, sem acompanhamento técnico e, inclusive, tem até riscos em alguns casos de intoxicação, como já aconteceu. E outros usam formas alternativas, usa benzocriol, usa a creolina, misturam na semente, e aí, acabam matando a semente. Porque usou, achou que aquele bensocriol vai dar um cheiro forte e que vai proteger, porque o outro disse. Então o agricultor tem muito isso, a ignorância de não saber o que é a coisa e às vezes quer fazer o remendo que sai pior, isso faz com que baixe a produtividade (...)”(D. T. B. N., presidente da COOPAGRI/Uruçuí).

A vulnerabilidade das condições de cultivo dos camponeses reflete-se na produtividade do arroz que, em 1998, ficou entre 1.500 e 1.600 kg/ha. Resultado distante da média da região que é de 2.500 kg/ha, sendo que produtores altamente tecnificados, já atingem até 4.000 kg/ha. A baixa produtividade atingida pelos camponeses inviabiliza o pagamento do financiamento para custeio da lavoura, com a inadimplência atingindo a casa dos 70%.

Em que pesem as precárias condições de acesso à *chapada*, aumenta, a cada ano, o número de camponeses interessados no *negócio do cerrado*. Para a safra 1998/1999, havia em torno de 400 camponeses envolvidos nessa atividade, apenas no município de Uruçuí, e um total de 3.500 hectares cultivados. De 1994/1995, para cá, segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Uruçuí, a média anual de área cultivada tem sido de 3.000 hectares. Com efeito, a mesma conjuntura que engendrou a redução das áreas de chapada para camponeses gerou, em consequência, a situação

em que estes se vêm na contingência de voltar à chapada pagando renda pela terra, submetidos aos referidos contratos temporários de arrendamento. Mas o interesse dos camponeses torna-se compreensível, ante as grandes transformações em seu mundo social, cuja ancoragem tradicional se vê questionada em ritmo e intensidade até então desconhecidos, na região:

“(…). Mas eles tão dando um pulo de anos. Eles tão se confrontando com uma coisa que eles nunca acreditavam. E eles estão se adaptando a essa questão porque o grande produtor não tá fazendo diferente não. O novo [gaúcho], que tá chegando agora, pode até fazer, mas o grande produtor que tá alugando essas máquinas pra eles, quando vai plantar ele tá plantando também dessa forma, porque o dinheiro é pouco e o cara vai remendando, né? Aí, outra coisa, o banco manda botar sessenta quilos de semente por hectare, o cara joga quarenta, cinquenta... Isso reduz a possibilidade de perdas, né.... A questão, basicamente do lucro, se foi bom ou ruim, né? Foi bom por um lado porque as pessoas estão pegando essa experiência de plantar em chapada, a gente tá levando a tecnologia, aí, a gente tá também disputando a ocupação dos cerrados, a gente não tá deixando só pros grandes produtores, nós vimos que o pequeno produtor também pode trabalhar nos cerrados, e que por outro lado é ruim porque as terras que estão sendo utilizadas são terras ruins, terras com poucas qualidades porque já foram muito trabalhadas. A maioria são terras de projetos já, daqueles grandes projetos abandonados, né? Agora, a Cooperativa tá... eu já iniciei essa discussão, estamos pra fazer um contrato com um dono de terra, um contrato de três a quatro anos, terra nova²⁸. A gente quer fazer esses contratos, com a garantia de poder produzir em terras com qualidade (...)” (D. T. B. N., presidente da COOPAGRI/Uruaçu).

III- Conclusão

A agricultura praticada por camponeses dos cerrados do sudoeste do Piauí sofre, no contexto da modernização agrícola, profundos impactos. De fato, essa agricultura não é levada em conta no âmbito de um modelo de desenvolvimento alheio a outras práticas agrícolas que não a da agricultura intensiva do complexo carne/grãos. Conseqüentemente, não se tem espaço para inserção de outros sujeitos sociais no processo produtivo, carecendo-se, inclusive de pesquisas dos sistemas de produção tradicionais, praticados por camponeses *enraizados* na região, há um tempo bastante recuado, diferentemente dos novos produtores que vêm com as frentes de expansão, o que coloca em xeque a imagem do *vazio*, tão cara ao diagnóstico dos cerrados apenas como fronteira para o *agribusiness*.

Essa situação dos camponeses dos cerrados desafia a pesquisa a conhecer e reconhecer as lógicas operacionais desses agricultores, como sujeitos sociais portadores de saberes fundados na prática e no *habitus*, concebendo tais saberes como dinâmicos e capazes de atualização trazendo, por esse ângulo, essa agricultura camponesa para a agenda dos debates na esfera do Estado e na da sociedade civil.

Bibliografia

- ALMEIDA, A. W. B. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: posse comunal e conflito. *Humanidades*, Brasília: UnB, v. 4, n. 15, p. 42-48, 1988.
- ANDRADE, M. P. *Os gaúchos descobrem o Brasil*: os pequenos produtores agrícolas do sertão maranhense frente à implantação de projetos agropecuários. São Luís: Cáritas Brasileira Estudos e Pesquisa, 1984, 147 p.
- A produção de carvão vegetal e o plantio de eucalipto no leste maranhense. In: CONCEIÇÃO, F. G. (Org.) *Carajás: desenvolvimento ou destruição?* São Luís: CPT. 1995, p. 15-64, (Relatórios de Pesquisa).

²⁸ Na vizinha região de Balsas (MA), já se efetuam contratos mais longos de arrendamento, com duração de três anos, o primeiro deles sem pagamento de renda e os subseqüentes com pagamento de dois sacos/ha. Segundo um empresário *gaúcho*, de Balsas, com essa modalidade de contrato, os camponeses funcionam como mão-de-obra na fase de abertura de áreas, a um custo bem inferior ao que seria desembolsado com encargos trabalhistas.

- AUDITORIA AMBIENTAL LTDA. Estudo de impacto ambiental para implementação do Projeto Nova Santa Rosa. Teresina, 1998, 92 p.
- AUGÉ, M. Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994, 111 p.
- BOURDIEU, P. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, R. (Org.) Pierre Bourdieu. São Paulo: Ática, 1994. (Coleção Grandes Cientistas Sociais), p. 46-81.
- BRAGA, R. Plantas do Nordeste, especialmente do Ceará. Fortaleza: Imprensa oficial, 1960, 540 p.
- CARVALHO, C. O sertão. Rio de Janeiro: Empresa Editora de Obras Científicas e Literárias, 1924, 147 p.
- CARVALHO, C. T. Dicionário dos mamíferos do Brasil. São Paulo: Nobel, 1979, 135 p.
- EMBRAPA/UEPAE de Teresina (Teresina, PI). Avaliação de plantas xerófilas na região semi-árida do Estado do Piauí. Teresina, 1982, 21 p.
- FERREIRA, A. B. H. Novo Aurélio: o dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, 2.128 p.
- GODELIER, M. Racionalidade e irracionalidade na economia. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, [196-], 397 p.
- GODOI, E. P. O sistema do lugar: história, território e memória no sertão. In: NIEMEYER, A. M., GODOI, E. P. (Org.) Além dos territórios. Campinas: Mercado de Letras, 1998, p. 97-131.
- , O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí. Campinas: UNICAMP, 1999, 165 p.
- GUTBERLET, J. Pequena produção dos cerrados e transformações sócio-ambientais recentes: o caso do município de Acorizal na Baixada Cuiabana. Cuiabá: Editora Universitária, 1994. (Cadernos do NERU – Ambiente: uma abordagem sócio-econômica, 3).
- HEREDIA, B. M. A. A morada da vida. Trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, 164 p.
- LÉVI-STRAUSS, C. O pensamento selvagem. Campinas: Papirus, 1989, 323 p.
- MENDRAS, H. Sociedades camponesas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, 265 p.
- MEYER, D. R. A terra dos Santos e o Mundo dos Engenhos. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1989, 186 p.
- MORAES, M. D. C. Da terra voluntária à terra arrendada Trabalho apresentado no XI Congresso Nacional de Sociólogos, Salvador – BA, de 11 a 14 de maio, 1999, 15 p.
- , Memórias de um sertão desencantado (modernização agrícola, narrativas e atores sociais nos cerrados do sudoeste piauiense). Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas. Campinas: UNICAMP, 2000, 475 pp.
- , O negócio do cerrados: inclusões e exclusões (ou dos impactos sociais da modernização agrícola nos cerrados piauienses). IN: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 39, Recife, PE. ANAISS..., SOBER: Recife, 2001, CD ROM.
- MOURA, M. M. Os desertados da terra: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão de terra camponesa no sertão de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988, 250 p.
- MUSUMECI, L. O mito da terra liberta: colonização 'espontânea', campesinato e patronagem na Amazônia Oriental. São Paulo: Anpocs/Vértice, 1988, 419 p.
- SÁ, L. M. O pão da terra: propriedade comunal e campesinato livre na Baixada Oriental Maranhense. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS, 1975, 159 p.
- SABOURIN, E. Changement sociaux, action collective e intervention externe. In: CARON, P. SABOURIN, E. (Coord.). Paysans du Sertão: les mutations des agricultures familiales au Nordeste du Brésil. Montpellier: Editions du CIRAD, 2000. (Collection Repères). No prelo.
- SAHLINS, M. Sociedades tribais. Rio de Janeiro: Zahar, 1983, 148 p.
- SCOTT, J. The moral economy of peasants: rebellions and subsistence in the southeast Asia. New Hawen, Conn: Yale University Press, 1976, 246 p.
- SILVA, M. A. M. Errantes do fim do século. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, 370 p.
- SOARES, L. E. Campesinato: ideologia e política. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, 230 p.
- SUAREZ, M., et al. Seminário – Saber e reprodução camponesa. In: Anuário Antropológico/81. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 1983, pp. 147-209.
- THOMPSON, E. . La economía moral de la multitud en la Inglaterra del siglo XVIII. In:-----, Tradición, revuelta y consciencia de classe: estudios sobre la crisis de la sociedad pre-industrial. Barcelona: Crítica. 1984, p. 62-134.
- TUAN, Y. F. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983, 250 p.
- VALENSI, L., RANDES, W.G.L.,CHRÉTIEN, J. P., et al. Para uma história antropológica: a noção de reciprocidade. Lisboa: Edições 70, 1978, 141 p.
- WOLF, E. Sociedades camponesas. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, 150 p.
- , Guerras camponesas no século XX. São Paulo: Global, 1984, 361 p.
- WOORTMANN, K. Com parente não se negueia. Série Antropológica nº 69, Brasília: UnB, [198-], 101 p.